

Os idiotas somos nós, se permitirmos tanta idiotice.

Achando insuficientes os atritos que já temos com a comunidade financeira internacional, que a turma do poire luta para não deixar morrer; com os produtores internacionais de alta tecnologia, especialmente na área de informática, setor em torno do qual gira o maior volume de capitais em busca de investimentos em todo o mundo; e agora também com a Volkswagen e a Ford internacionais, os agentes do "foco" de guerrilha econômica instalado na Comissão de Sistematização da Fossilização da Economia Brasileira acabam de declarar guerra também à Shell, à Esso, à Texaco e à Atlantic, fechando as empresas estrangeiras também a distribuição do petróleo e seus derivados no Brasil.

É inútil perdermos tempo com o desvendamento racional da característica delirante deste trabalho de sistematização da fossilização da economia brasileira tentado pelo "foco" terrorista que o sr. Mário Covas instalou no posto mais estratégico da Constituinte, no momento em que o mundo assiste à apressada retirada da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas do buraco para onde estes "patriotas" nos querem levar e a sua ansiosa adesão à enorme lista dos países que disputam os capitais que os nossos terroristas estão rejeitando neste momento, no competitivo mercado internacional. Estamos absolutamente convencidos de que, como homens nascidos neste século e como testemunhas de tudo o que vai pelo mundo de hoje, eles não têm — como já não têm nem os soviéticos — nenhuma ilusão sobre aonde tudo isso nos pode levar e sobre o quanto tudo isso vai custar para a Nação, especialmente e em primeiro lugar para os pobres pelos quais, clinicamente, eles continuam dizendo que "optaram".

Eles têm plena consciência de que constituem uma infima minoria, sem legitimidade suficiente para desviar o Brasil um milímetro sequer do seu destino histórico, a quem cabe apenas explorar a rara oportunidade de tomar o poder que as urnas sistematicamente lhes têm negado, mas que, desta vez, uma desastrada série de coincidências ajudada pela irresponsabilidade e pela idiotice do "inimigo" lhes deu. Daí terem transposto para o campo econômico a teoria do foquismo guevarista que seus correligionários de décadas passadas abraçaram. Segundo esta teoria — que nunca chegou a ter sucesso prático senão no caso especialíssimo da revolução cubana —, uma minoria armada (no caso, armada de poderes constitucionais "plenos") pode levar um país inteiro à conflagração a partir de um pequeno foco guerrilheiro atacando em pontos estratégicos, minando as estruturas do país (no caso as estruturas econômicas do país), praticando atentados (econômicos), intrigando-o com os seus próprios aliados etc., até a tomada final do poder.

A imagem não é exagerada. Esta Assembléia Nacional Constituinte nasceu de uma eleição marcada pelo índice de 30% de abstenções (para os cargos constituintes), o que, de saída, tirava a legitimidade da pretensão à "soberania plena" para virar de pernas para o ar a ordem institucional brasileira que ela se arrogou. E mesmo com toda esta abstenção, os 70% de brasileiros que votaram elegeram-na enganados em sua boa-fé pela fraude do Plano Cruzado que proporcionou ao PMDB a maioria absoluta dentro dela. Este já foi um golpe.

Mas dentro do golpe maior, houve outro golpe, mediante o qual o sr. Mário Covas conseguiu instalar o seu "foco" de guerrilha econômica na Comissão de Sistematização. Valendo-se do caráter de frente do PMDB, sob cuja sigla abrigam-se representantes de todas as ideologias, as mais díspares possíveis, o sr. Covas pode cooptar dentro desta frente, para a formação da estratégica Comissão de Sistematização que teria de reproduzir apenas as proporções numéricas de cadeiras conquistadas por cada partido no plenário da Constituinte, somente os representantes de uma das muitas correntes ideológicas que ele abrigava: a mais extrema e, como sói acontecer, a que é minoritária dentro da agremiação.

Foi a partir desta falsificação — contra a qual agora se articula, um tanto tardiamente, a maioria do Centrão, moderada e que reflete melhor o colorido ideológico predominante no Brasil — que nasceu a possibilidade de todos os atentados que a economia brasileira tem sofrido e que, ainda que não prevaleçam no texto final da Constituição aprovado pelo plenário da maioria moderada, deixarão marcas indeléveis em nossa imagem internacional e profundas cicatrizes em nossa economia.

O deputado Francisco Dornelles chamou idiota e irresponsável — além de outros adjetivos merecidos mas não publicáveis — o sr. Albano Franco, titular da peleguerrima Confederação Nacional das Indústrias, que, sem saber em que votava, levantou alegremente o braço e votou a favor da declaração de guerra contra as empresas internacionais distribuidoras de petróleo no Brasil. De nossa parte, nunca tivemos opinião diferente a respeito do sr. Albano Franco e temos alertado sempre o empresariado nacional — que vem recebendo, ultimamente, uma lição da qual esperamos que jamais se esqueça, se chegar a sobreviver a tudo isto — para o perigo de deixar em mãos tão idiotas e irresponsáveis a sua representação política num país ainda tão vulnerável a idéias fossilizadas, utilizadas por adversários muitas vezes irresponsáveis mas nunca idiotas, e taticamente tão bem preparados. Mas, desta vez, o sr. Dornelles foi generoso. Não é apenas o sr. Albano Franco o "idiota" e o "irresponsável". Fora os que estão ideologicamente comprometidos em mais esta manobra — que, diga-se de passagem, estariam na oposição se fossem russos ou chineses — todos, sem exceções, os que votaram esta imbecilidade, esquecendo-se até de que a Petrobrás — a sua querida e intocável Petrobrás — também é uma multinacional que trabalha em vários países estrangeiros, são idiotas e irresponsáveis.

Haveria ainda como se agarrar a uma esperança para este país se fora do ambiente de indigência cultural e de irresponsabilidade ampla, geral e irrestrita que caracteriza a luta partidária no Brasil pudéssemos ouvir discursos menos idiotas e irresponsáveis de algumas de nossas mais altas autoridades. Mas, quando o sr. Bresser Pereira, ministro da Fazenda da oitava economia do mundo, professor universitário e "homem do mundo", supostamente atualizado e familiarizado com o trabalho sério aqui do País real, desce a este mesmo nível e passa a tratar como um inimigo pessoal uma empresa que foi à Justiça para fazer valer os seus direitos, e como inimigo pessoal o juiz que aceitou a interpelação desta empresa, estas esperanças se desvanecem. Quando o ocupante de um cargo desta responsabilidade vai à imprensa para dizer que a atitude da Autolatina responde a "um preconceito contra o Terceiro Mundo" (?) e que ela "não teria coragem de fazer o mesmo nos EUA, no Japão ou na Alemanha" (onde, a propósito, não há CIPs nem Sunabs e onde a Justiça depõe e até prende, em nome do interesse nacional, não só ministros mas também presidentes, por "idiotices" muito menores do que estas), já não resta muito a esperar.

Mas quando do próprio palácio presidencial começam a "vazar" insinuações de que a atitude da referida empresa faz parte de uma conspiração internacional

liderada pela Alemanha "que tem mantido uma atitude antipática (sic) para com as posições brasileiras no Clube de Paris", dando assim um indistigável sinal verde e até incentivando a Comissão de Sistematização da Fossilização da Economia Brasileira a aprovar imbecilidades como a que aprovou (na esperança, talvez, de criar um "inimigo externo" capaz de desviar sua atenção daquele que ela vê, declaradamente, como o inimigo interno a desbançar de seu posto?), sem pensar um minuto no que isso pode significar para um país desesperadamente necessitado de investimentos e cuja imagem internacional foi feita em pedaços primeiro pela moratória e depois pela arrasadora declaração pública e internacional de seu governo, "a quem interessar possa", de que sua palavra, mesmo escrita, não vale nada; quando tudo isso acontece, dizíamos, só resta a toda uma geração de brasileiros concluir que ela é que é idiota se permitir que esta gente continue sobre suas costas, fazendo gato e sapato de suas vidas, por mais tempo do que o estritamente necessário para varrê-la definitivamente, pelo voto, para onde ela merece.